



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Portaria CNMP-CN nº 00177, de 12 de setembro de 2016.**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e,

CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição Federal e do art. 18, inciso VI, c/c 77, II, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurar sindicância destinada a apurar irregularidades atribuídas a membro ou servidor do Ministério Público;

CONSIDERANDO o teor da Portaria CNMP-CN nº 119, de 7 de julho de 2016, que instaurou sindicância para apuração de suposta falta funcional atribuída a membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais/MG;

CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 81 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, prorrogar, motivadamente, o prazo de conclusão da sindicância, cientificando o Plenário desta decisão na sessão imediatamente posterior;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do feito para a continuidade das diligências necessárias à sua instrução e conclusão;

RESOLVE

1. Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do dia 12/09/2016, o prazo para conclusão da Sindicância nº 0.00.000.000252/2016-12.

Publique-se.

Brasília-DF, 12 de setembro de 2016.

  
ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

Corregedor Nacional do Ministério Público em Exercício

Publicado no DE - CNMP  
de 16 / 09 / 2016  
Pág.: ED. 174 CAD. PROC. P. 31/32  
Thais de C. e Alves  
Analista Judiciário  
Matrícula: 82226